

## **UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O HISTÓRICO DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO**

**Sharlene Marins Costa  
Helenise Sangoi Antunes  
Universidade Federal de Santa Maria**

Essa pesquisa tem por objetivo investigar os métodos de alfabetização, e os estudos que estão orientando atualmente as políticas educacionais. Para tal, construímos nossa investigação a partir dos referenciais de Barbosa (1994), Frade (2007), Ferreiro; Teberosky (1985), Kleiman (1995; 2005); Mortatti (2000, 2004); Rizzo (1986); Soares (1988, 2003). Os avanços em relação ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita são significativos, porém, muitas vezes, acabam ficando apenas nos discursos acadêmicos, não modificando as práticas daqueles que atuam nesse processo. Dessa forma, acreditamos que essa pesquisa tem muito a contribuir, já que as mudanças significativas nas práticas escolares de alfabetização acontecerão quando as discussões sobre esses conhecimentos forem construídos e debatidos com os agente desse processo: os professores alfabetizadores.

**Palavras-chaves:** Métodos de Alfabetização, Alfabetização e Letramento

### **História dos métodos de ensino da leitura e da escrita**

No Brasil, historicamente as reflexões/discussões sobre as práticas de alfabetização centraram-se na eficácia dos seus métodos, que geraram confronto entre seus defensores, que foram sendo criados a fim de superar os problemas enfrentados nas ações dentro das salas de aula e facilitar a aprendizagem. Eles estão organizados em dois grandes grupos: os métodos sintéticos e os métodos analíticos, que determinaram por muito tempo o sistema de ensino da leitura e escrita.

Os *métodos sintéticos* foram desenvolvidos e aplicados num momento em que a escola, uma instituição que estava sendo inicialmente organizada, apresentava precárias condições de funcionamento, e em virtude de diversos aspectos, entre eles as dificuldades de utilização e de manutenção e do alto custo do material para escrita, priorizava o ensino da leitura. Para o desenvolvimento de tal atividade, eram utilizados os métodos alfabético, fônico e o silábico.

O método *alfabético* ou de *soletração* é considerado o método mais antigo, empregado desde a Grécia continuou a ser utilizado até o século XIX, período em que a escolarização passou a ser desenvolvida no Brasil. Tem como unidade principal a letra, sua sequência partia de uma ordem crescente de dificuldade, iniciando pela

decoração oral das letras do alfabeto, seu reconhecimento posterior em pequenas seqüências e numa seqüência de todo o alfabeto e, finalmente, de letras isoladas. Em seguida a decoração de todos os casos possíveis de combinações silábicas, que eram memorizadas sem que se estabelecesse a relação entre o que era reconhecido graficamente e o que as letras representavam, ou seja, a fala. (FRADE 2007, p. 22).

O fato de ser desenvolvido através de inúmeros exercícios que afastavam o aluno do texto e da compreensão do que estava sendo ensinado, é que o método passou a ser gradativamente eliminado e substituído por outros que se apresentavam como mais eficientes. Mesmo com a crítica existente sobre sua falta de sentido, sua utilização ainda acontece no Brasil (MORTATTI, 2000), principalmente no Nordeste, com as Cartas de ABC.

O método *fônico* tem como unidade central o fonema e “passou a ser adotado no lugar do alfabético na tentativa de superar a grande dificuldade existente naquele por causa da diferença entre o nome som da letra” (RIZZO 1986, p. 07). Parte do princípio de que é necessário ensinar as relações entre sons e letras, para que seja possível estabelecer relação entre a palavra escrita e a falada, sendo esse o principal objetivo do método.

Seu ensino parte do mais simples para o mais complexo, ensinando primeiramente as vogais, suas formas e som, depois é ensinado as consoantes e a relação delas com as vogais. O alfabeto é ensinado através de sons, que unidos a outros sons vão formando as palavras.

O método fônico, assim como os anteriores possui sua vantagem, pois quando existe relação equivalente entre fonema e a escrita a aprendizagem acontece de forma rápida e satisfatória.

Para tentar superar esses problemas existentes para o ensino da leitura e escrita através desse método, desenvolveram-se variações, alterando a forma de apresentar os fonemas, utilizando-se de palavras significativas, vinculando uma palavra a uma imagem, que procurava representar uma letra relacionando-a a um som.

Mesmo com essas variações não foi possível superar as críticas, fazendo com que dessa reação fosse desenvolvido dentro da marcha sintética o método *silábico* que utiliza a sílaba como unidade principal para o ensino da leitura e escrita.

O método possui a vantagem de trabalhar com a sílaba, isso possibilita uma melhor relação dos segmentos da fala com os da escrita. Porém isso não foi suficiente para superar os problemas decorrentes, entre eles a artificialidade dos textos criados para o ensino.

Apesar de suas vantagens e da constatação do seu emprego até os dias atuais, tais métodos passaram a ser superados em função de trabalharem numa perspectiva de ensino e aprendizagem da língua escrita, em que se priorizam o treino e a repetição, bem como a leitura mecânica que se dá por meio da decodificação do código escrito.

O *método analítico* ao romper com o processo de decifração propõe formas de trabalho que priorizam a análise e compreensão, “defendendo a inteireza do

fenômeno da língua e do processo de percepção infantil” (FRADE 2007, p. 26). Seu ensino tem como unidade de análise a palavra, a frase e o texto tendo como estratégia inicial a compreensão global para posterior análise das unidades menores.

O método de *palavração* conforme Rizzo (1986) foi introduzido por Comênio em meados do século XVII, as palavras são apresentadas de forma agrupada, e geralmente seu ensino parte do pressuposto de que os alunos aprendem a reconhecê-los através da memorização de sua configuração gráfica.

A ordem de apresentação de palavras, quando criteriosamente planejada, auxilia, substancialmente, o estabelecimento de habilidades de leitura inteligente. Ao mesmo tempo a atenção é dirigida aos detalhes da palavra como sílabas, letras e sons. E estes depois reunidos, auxiliam o aluno a enfrentar palavras novas com autonomia de leitura. (RIZZO 1986, p. 24).

Conforme Frade (2007) as atividades são desenvolvidas tendo como procedimentos o uso de cartões de fixação, em que relacionam palavras e gravuras, também são utilizados exercícios sinestésicos para o movimento da escrita de cada palavra.

Apesar da ênfase dada a leitura como fonte de prazer e a busca de significado, não foi suficiente para enfrentar as críticas, principalmente referentes as dificuldades de enfrentar novas palavras levando ao desenvolvimento de um novo método global.

O método de *sentenciação* tem como unidade central a sentença, que após ser trabalhada e reconhecida globalmente passa a ser decomposta em palavras e posteriormente em sílabas.

No Brasil existem poucos estudos que explicam sua utilização, mas Rizzo (1986) apresenta algumas vantagens em sua utilização como a de atender os princípios mais avançados de aprendizagem da época, mas também apresenta suas desvantagens, como a ênfase na memorização ao invés da análise.

O aparecimento do método global de *contos* ou de *historietas* aconteceu no Brasil no início do século XX. Ele possui como unidade de análise o texto, e é considerado uma extensão do método de *sentenciação*. Primeiramente é realizada a leitura do texto, para posterior reconhecimento das sentenças, das palavras e finalmente das sílabas.

É importante destacar que como o foco do trabalho era o sentido, o professor priorizava um convívio significativo com o texto para posteriormente introduzir o processo de decomposição.

É possível perceber que os problemas existentes e a necessidade de superar os fracassos que foram surgindo no decorrer da implementação de cada um dos métodos impulsionaram novas formas de desenvolver as atividades de leitura e escrita. A busca de significado para esse ensino trouxe avanços significativos para a compreensão do processo evolutivo que acontece nas discussões sobre as práticas escolares de alfabetização.

## O Construtivismo e o Letramento: contexto atual

Os estudos de Piaget, ainda na década de 20 foram elaborados no sentido de compreender os processos internos de construção de conhecimento, ele busca a gênese do conhecimento humano, constituindo a Epistemologia Genética.

Baseados nos estudos de Piaget, e considerado uma abordagem de grande impacto conceitual no campo da alfabetização, o *construtivismo* foi desenvolvido por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1985), tem como premissa a psicogênese da língua escrita. É uma teoria que passa valorizar a forma como a criança desenvolve a aprendizagem em relação a escrita, essa entendida como um sistema de representação. O construtivismo, ao contrário do que muitos pensam, não é um modelo pedagógico, mas uma teoria do conhecimento, que pode auxiliar na ação pedagógica escolar.

A partir de 1980 passou a ser divulgado os resultados das pesquisas de Ferreiro; Teberosky (1985) sobre a psicogênese da língua escrita influenciaram de forma significativa a elaboração das propostas de alfabetização de todo país.

Deslocando o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança (sujeito cognoscente), o construtivismo se apresenta, não como um método novo, mas como uma revolução “conceitual”, demandando, dentre outros aspectos, abandonarem-se as teorias e práticas tradicionais, desmetodizar-se o processo de alfabetização e se questionar a necessidade das cartilhas. (MORTATTI 2006, p. 10).

Enfim, essa teoria lançou aos professores o desafio de planejar e desenvolver a partir de uma nova compreensão sobre o processo de leitura e escrita. Defende uma alfabetização contextualizada e significativa através da adaptação didática das práticas de leitura e escrita para sala de aula, já que é possível realizar a descoberta do princípio alfabético, quando as crianças são expostas a situações-problema em que são desafiados a criar hipóteses no sentido de refletir sobre a escrita. É importante destacar a valorização do diagnóstico prévio do aluno e considerando seus ‘erros’, como parte do processo de construção do conhecimento.

Os defensores dessa proposta acreditam que é através da imersão da criança nas práticas sociais de leitura e escrita que a alfabetização ocorre, não sendo necessário o ensino das correspondências fonema-grafema, ou da consciência fonológica, pois isso são conseqüências da evolução conceitual da criança em processo de aprendizagem.

Com a introdução dessa nova forma de perceber o processo de aquisição da escrita pela criança, as discussões sobre a eficácia dos processos e métodos de alfabetização foram abandonadas.

Tais mudanças conceituais, traduzidas do ideário “Construtivista”, reverteram a ênfase anterior no método de ensino para o processo de aprendizagem da criança que se alfabetiza e para suas concepções progressivas sobre a escrita, entendida como um sistema de representação. Além disso, passou-se a valorizar o diagnóstico dos conhecimentos prévios dos alunos e a análise de seus erros como

indicadores construtivos de seus processos cognitivos e hipóteses de aprendizagem. (BREGUNCI 2004 s/p).

São os resultados dessas pesquisas que colaboram para levar em conta que a criança não começa a aprender apenas quando ingressa na escola, o contato com a linguagem escrita inicia no âmbito social. De que o aprendizado vai além de uma interação mecânica, a criança elabora hipóteses para buscar compreender a escrita, e isso acontece através da experimentação do ler e escrever, nessas experimentações as crianças desenvolvem as escritas espontâneas, não podendo ser considerado como “erros” e é através do levantamento dessas hipóteses que a criança faz construções progressivas, ampliando seu conhecimento sobre a escrita.

No decorrer do século XX foi evoluindo, em função de necessidades sociais e políticas, o conceito de alfabetização, pois esse já não dava conta do significado a ele inferido, criando assim, o termo letramento. Essa evolução tem sido de forma processual, o significado do termo alfabetização foi sendo gradativamente ampliado a partir de determinações das políticas mundiais, como no caso da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura), que influenciam as políticas nacionais.

Em virtude dessa nova configuração que foi sendo construída é que se passou a designação do termo *letramento*. Os estudos no Brasil começaram a ser realizados na década de 1980, por diversos pesquisadores: Kleiman, 1995; Soares, 1998; como afirma Mortatti (2004, p. 11) “Em nosso país, esta palavra passou a ser utilizada nos anos 80 por pesquisadores da área de Educação e Linguística, e, gradativamente, vem ganhando visibilidade em outros espaços sociais”.

Essa nova concepção não exclui a necessidade de se aprender a ler e escrever, apenas destaca que essa necessidade deve ir além da mera codificação e decodificação da linguagem escrita, sendo preciso utilizá-las de acordo com as necessidades sociais. A respeito disso temos a contribuição de Soares (1988, p. 20)

só recentemente passamos a enfrentar essa nova realidade social em que não basta saber ler e escrever, é preciso também fazer uso do ler e do escrever, saber responder as exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente – daí o surgimento do termo letramento...

Ao incluir os usos e as funções atribuídas à escrita aos grupos sociais, destacando as consequências socioculturais, políticas e/ou cognitivas do recurso à palavra escrita, os pesquisadores passaram a centrar sua atenção nos sujeitos e na interferência das formas de socialização para a construção de uma relação com a palavra escrita. Por isso, os estudos provocaram uma nova forma de perceber o processo de aprendizagem da escrita e da leitura, deixando de ser discriminatório, a fim de compreender o que o sujeito faz quando recorre à palavra escrita. Segundo Kleiman (1995) os trabalhos procuravam compreender tanto o impacto social da escrita quanto a inserção dos sujeitos no universo da palavra escrita, considerando seu processo de socialização.

A partir do momento em que o conceito de letramento começou a ser estudado e discutido, ser apropriado e ser revisto em pesquisas científicas, documentos que orientam o ensino, assim como na formação inicial e continuada de professores e na escola, passaram a provocar efeitos nas instituições de ensino. Frente a isso, diversos profissionais com formações diferenciadas passaram a preocupar-se com a questão e repensar à alfabetização, a relação entre conhecimento e uso do código alfabético e o uso e funções da palavra escrita nas interações sociais, que diz respeito ao processo de letramento.

Nessa perspectiva é importante a necessidade de refletir sobre as práticas de ensino e aprendizagem que oportunizem aos alunos mais do que conhecer o código, introduzir a palavra escrita em sua vida, em diferentes situações de interação.

### **Refletindo as práticas docentes**

A formação docente vem sendo investigada a partir de diferentes enfoques que caracterizam o momento histórico em que estamos. Vivemos um momento em que o professor passa a ser percebido como aquele que produz saberes no seu campo de atuação, já que o professor constrói, mesmo que inconscientes práticas decorrentes de sua formação profissional e pessoal, “cabe destacar que a prática docente desenvolvida na sala de aula é resultante não só dos conhecimentos adquiridos através do ingresso na licenciatura, mas também da trajetória de vida e do saber da experiência” (ANTUNES 2007, p. 91).

Porém, é necessário analisar essa formação sob um olhar que leve em conta as práticas de alfabetização existentes atualmente e a influência dos discursos decorrentes de pesquisas que buscam investigar e contribuir para essas práticas. Como mencionado anteriormente, o percurso da história da escolarização é marcada por inúmeras mudanças conceituais, essas mudanças foram surgindo no decorrer de seu desenvolvimento, a partir das problemáticas existentes que acabavam gerando um número significativo de crianças que fracassavam na aprendizagem da leitura e escrita.

É possível perceber um empenho, por parte dos pesquisadores que essas investigações passassem a fazer parte das práticas escolares, no decorrer da implementação de alguns métodos de alfabetização. Mortatti (2000) aponta que o esforço em formar professores capacitados para atuarem nas turmas de alfabetização foi intenso, os cursos de formação eram reformulados para atender as novas tendências e isso refletia significativamente nas práticas escolares.

Na década de 80 com a introdução dos estudos sobre a psicogênese da língua escrita, elaborado por Ferreiro e colaboradores (1985), e a necessidade de divulgação dessa nova forma de compreender o processo de ensino da leitura e escrita, é possível perceber que houve mudanças nas políticas educacionais e nas publicações por ela desenvolvidas, nos currículos de formação de professores, e nos programas de formação continuada. No entanto as práticas de alfabetização não superaram os problemas existentes, e em muitos casos, acabaram causando mais controvérsias, já que os professores foram incentivados a abandonar definitivamente

as práticas escolares anteriores ao construtivismo, e atualmente como aponta Kato (1997) os professores encaram os métodos de forma reducionista, como sendo um conjunto de procedimentos, matérias e técnicas para atingir um fim.

Na realidade, durante mais de uma década, o que predominou na formação inicial e continuada dos professores foi o acesso dos docentes à descrição do percurso evolutivo vivido pelo aprendiz, ao aprender o sistema alfabético e não uma discussão sobre formas de didatizar aquela informação. (MORAIS 2006, p.05).

Segundo o autor referido é possível observar, tanto nos livros didáticos, nas práticas dos alfabetizadores quanto nas pesquisas dos estudiosos a necessidade de ensinar, de forma sistêmica as propriedades da escrita alfabética e suas convenções.

Atualmente, é possível perceber nos discursos dos professores, a dificuldade em compreender o significado de Letramento, por mais que se tenha empenhado em divulgar estudos referentes, a formação que se tem oferecido as professoras alfabetizadoras, novamente não tem dado conta de esclarecer e oferecer subsídios teóricos suficientes para transformações das práticas existentes, já que devemos considerar

... em que medida os discursos sobre letramento se diferenciam daqueles sobre métodos, dos da psicogênese da língua escrita? Isto é: julgamos que determinados discursos, quando passam a circular como “verdades”, precisam ser questionadas quanto às diferenças e articulações que possam ter entre si em relação a outros discursos (TRINDADE, 2004, p. 138).

É possível perceber a importância que essas abordagens trouxeram para as discussões das práticas de alfabetização, todavia alguns problemas e dilemas foram se apresentando em decorrência da centralização nas dimensões consensuais em detrimento das questões metodológicas do ensino, gerando em muitos momentos o esvaziamento das práticas de alfabetização, consequência da falta de subsídios teóricos. Frente a esse contexto que trago a discussão sobre a história da alfabetização, recuperando seus métodos, pois acredito que é através do conhecimento do processo de construção das práticas de alfabetização, que impulsionaram os estudos atuais, é que os professores estarão instrumentalizados para atuar com autonomia dentro das salas de aula.

Ao analisarmos essa trajetória de construção da alfabetização percebemos que a formação de professores tanto inicial quanto a continuada, não estão acompanhando a produção acadêmica. Os discursos realizados no âmbito das instituições formadoras ainda estão longe das práticas das professoras alfabetizadoras.

O momento exige a superação de polarizações entre caminhos ou movimentos exclusivos e a busca de equilíbrio de princípios metodológicos que são considerados permanentes, indispensáveis e indissociáveis como

dimensões constitutivas e simultâneas da alfabetização e do letramento...  
(BREGUNCI 2004, s/p).

Para o domínio das práticas da sala de aula, o professor precisa acima de tudo o conhecimento dos fundamentos teóricos que dão origem as diretrizes metodológicas. Esse domínio é que possibilita a construção da autonomia dos professores. “Nesse sentido, é preciso superar as polêmicas em torno de opções de métodos e processos de ensino e introduzir nessas discussões seu caráter epistemológico” (MOLL, 2006, p.60). Sendo para isso imprescindível conhecer os saberes historicamente construídos e desenvolvidos ao longo da trajetória da educação.

Além disso, é esse conhecimento teórico que subsidiarão sua formação permanente, com esse conhecimento é possível, no decorrer de sua prática, e dos desafios que vão sendo estabelecidos, prosseguir a formação de forma autônoma. Nesse sentido, é necessário a compreensão dos conceitos que fundamentam as discussões sobre o ensino-aprendizagem da leitura escrita: conceito de alfabetização e letramento. Dessa forma, os educadores não devem esperar que as respostas aos problemas/situações vivenciadas dentro da sala de aula sejam respondido por terceiros. É preciso que ele busque por si mesmo, atualize-se, busque referências teóricas, que de alguma forma dialogue com sua experiência.

É preciso reconhecer que muito ainda precisa ser feito, e assumir a necessidade de qualificar a formação inicial e continuada dos professores especialmente dos que se dedicam a alfabetização.

## Referências

ANTUNES, Helenise Sangoi. Relatos autobiográficos: uma possibilidade para refletir sobre as lembranças escolares das alfabetizadoras. In: ANTUNES, Helenise Sangoi (Org.) **Dossiê Alfabetização e Letramento**. Educação: Revista do Centro de Educação. Santa Maria, UFSM, 2007. Vol 32, nº1.

BARBOSA, José Juvêncio Barbosa. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1994

BREGUNCI, Maria das Graças de Castro. **Organizando as classes de alfabetização: Processos e métodos**. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2004/ale/tetxt4.htm>>

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. In:



ANTUNES, Helenise Sangoi (Org.) **Dossiê Alfabetização e Letramento**. Educação: Revista do Centro de Educação. Santa Maria, UFSM, 2007. Vol 32, nº1.

KLEIMAN, Ângela B. **Os significados do letramento**: Uma nova perspectiva sobre as práticas social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

KLEIMAN, Ângela B; MATENCIO, Maria de Lourdes M. (Orgs.) **Letramento e formação de professores**: práticas discursivas, representações e construção do saber. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização Possível**: reinventando o ensinar e o aprender. 7. ed. Porto Alegre, Mediação, 2006.

MORAIS, Artur Gomes de. **Concepções e Metodologias de Alfabetização**: Por que é preciso ir além da discussão sobre velhos “métodos”?.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: INESP/CONPED/INEP, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos Métodos de Alfabetização no Brasil**. 2006. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf\\_mortattihisttextalfbbr.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf)>.

RIZZO, Gilda. **Os diversos métodos de ensino da leitura e da escrita**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1988.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a resignificação do conceito. Alfabetização e Cidadania. Revista de Educação de Jovens e Adultos. RaaB, n. 16, julho de 2003.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. A invenção de múltiplas alfabetizações e (an)alfabetismos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 125-142, jul./dez. 2004.